

CARTAS dum imaginário camponês a um senhor verdadeiro da cidade

por Afonso Ribeiro

I

Meu super-civilizado irmão:

Embora te não ame muito e te não admire nada; embora a tua vida inútil seja uma afronta à minha vida de trabalho rude, escrevo-te sem invejas e sem ódios—que eu podia odiar-te e não sei se devia odiar-te. No fundo tu não tens culpa de ser assim—de levares essa vida assim. A culpa é... Compreendes?, meu irmão feliz, meu irmão inútil.

Não vás julgar agora que eu te quero mal. Sobre tudo não te encrespas, não tomes uma dessas atitudes de capa-e-espada, tão ridículas. Isso não mudava a face às coisas. De resto eu sei, sabemos todos, a porção enorme de artifício que entra nos teus assomos de menino contrariado.

Bem, escuta. Eu vi-te um dia, aí, na cidade rumorejante. Estavas a uma esquina à espera não sei de quê. Era a hora das lojas fecharem e as ruas transbordavam de povo. Tu olhavas, sonrias. Parecias feliz—eras feliz. Curiosamente, demoradamente, te observei. Num dado momento ageitaste a gravata onde uma pedra fina rebrilhava, acendeste um cigarro, depois numa reverência larga cumprimentaste certa senhora baixa, loira e gorda.

Como quem se oferece, ao passarem, algumas mulheres bonitas olhavam para ti. Nesses instantes uma alegria presumida deslustrava-se-te na face calma, e levado não sei porque reacção íntima, deixavas o peito para fora duma maneira incompreensivelmente provocadora.

Segui a pensar no que eras. Qualquer coisa de estranho se revolia dentro de mim. Simpatia? Não, meu irmão, dó.

Ao fundo da rua encontrei-te de-novo. E encontrei-te ainda à porta dos cafés, nos passeios a interromper o trânsito, em toda a parte onde fui—onde os meus afazeres me levaram. Eras sempre o mesmo, descontando o talhe do nariz, o arqueado das sobranheiras, a cor dos olhos.

Tu viste-me também. Perfeitamente me recordo até de que numa praça, ao fugir dum carro, fui de encontro a ti. Quis logo pedir-te desculpa. Mas as palavras emburalharam-se-me na boca, atrapalhei-me e não soube que dizer-te. Tu fitaste-me obra de segundo—menos ainda, talvez. Todavia esse olhar era tão desdenhoso, tão «superior», que eu senti a horrível sensação de ser chicoteado. A minha vontade seria afundar-me na terra, ser uma dessas pedrinhas brancas que meus pés calcavam. Por muito tempo fiquei desnorteado. Parecia-me que toda a gente olhava para mim com o mesmo desdém com que tu me havias olhado, que ao passar todo aquele mar de pessoas parava, se voltava, ficando-se a rir-me nas costas.

Afinal serenei. Tinha o coração amargurado e não sabia que juízo formar de ti. Não percebia o teu desprezo por um ser humano cujo único crime era ter nascido numa enxérga miserável, ao contrário de ti, meu irmão feliz, que tiveste a sorte incomparável de nascer na macieira fôfa dum leito de penas.

Agora muito bem compreendo a tua indiferença. Mas não foi sem custo que consegui atingi-la. Sim, é que para além de ti, desconheces tudo: os homens e os desejos. És um prisioneiro da ociosidade que não pensa nem aspira—da ociosidade sinónimo de morte. Fora de ti nada existe: o Universo és tu. O trabalho encara-lo como uma hipótese longínqua, como algo de muito abstracto a que se não apreende o significado. E porque a incerteza no dia de amanhã já mais te torturou, teu entendimento não concebe, sequer, a tragédia medonha de que tanta vez se reveste a luta pelo pão.

Não protestes. Para ti não há problemas nem há dúvidas: há o club, os teatros, os lugares onde vais distrair-te—onde vais «matar o tempo».

Contudo, a teu lado, por toda a banda, nesses mesmos instantes, homens sem conta, labutam, sofrem, desesperam-se, tristes em suas almas érmias de esperanças.

(Continua na página 11)

O dura ofício de Mãe

N ESTA difícil hora de grande transformação, em que forças opostas lutam por dar à vida novas estruturas, e em que se fala, obstinadamente, do valor da família como engrenagem social, valerá a pena,—julgo eu—chamar a atenção do leitor, para a rude tarefa que cabe à mulher, e que bem merecia ser cantada em versos heróicos, como a mais nobre e a mais significativa epopeia do género humano.

A função que a natureza reserva à mulher, é de tal modo grandiosa e de tal modo espinhosa, que bem merece a nossa glorificação.

Contudo, o que vemos nós? Vêmos reduzir a maternidade a um problema demográfico, estudado fria e negligentemente, à luz de interesses nem sempre bem compreensíveis.

Vêmos escarnecer, miseravelmente, a mulher de ventre rotundo, que conduz o fruto santificado dos seus fecundos amores! Vêmos apontar à excreção pública as raparigas que, vivendo a ilusão de um amor sincero, cederam às instâncias masculinas e se viram depois com um filho nos braços, abandonadas neste mar de ambições ruins e perversos costumes.

Vêmos a infância descuidada, acaualhar-se no cultivo da obscuridade e da blasfémia, aviltar-se no insulto, que atinge muitas vezes a própria mãe!

Como se não bastasse o extraordinário dispêndio de energias que a mulher faz para dar lugar à existência de um novo ser, reservam-se-lhe ainda estes mimos para a estimularem ao abnegado sacrifício...

Com razão aflima o dr. A. Nelmilow que: «Os escassos prazeres que proporciona à mulher o seu serviço de «género da espécie» não compensam, de forma alguma, as dores e as doenças que em tão alto grau tem que sofrer na sua vida, por normal que ela seja.»

Ouçamos, agora, uma mulher que voluntária e gostosamente quis e soube ser mãe, uma mulher que soube fazer da maternidade um motivo de beleza e que, mesmo quando se viu privada, em circunstâncias verdadeiramente torturantes, dos seus queridos bimbos, soube ainda

transformar a dor em arte e em beleza imperecíveis!

«Por que elevado preço pagamos a glória da maternidade! Dizem que as dores se esquecem depressa. Tudo o que tenho a dizer é que basta fechar os olhos para ouvir de novo os meus gritos e lamentos, tais como os soltava então.

É uma barbarie, é inaudito que todas as mulheres se vejam obrigadas a suportar esta monstruosa tortura. Deveria encontrar-se um remédio. Deveria pôr-se termo a estes sofrimentos. É simplesmente absurdo, que a ciência moderna não tenha ainda conseguido o parto sem dor. Isto é tão imperdoável como se os médicos operassem uma apendicite sem anestesia. É necessário que as mulheres sejam dotadas de uma paciência ridícula ou que careçam de inteligência para que suportem, um só momento, este espantoso aniquilamento de si próprias.»

Este brado cruel, atirou-o Isadora Duncan à face dos homens de ciência, e, é o mesmo dr. Nelmilow quem, sem o pretender, lhe responde deste modo: —«As dores do parto são verdadeiramente insuportáveis, mas não há maneira de evitá-las por causa da estrutura anatómica da mulher.

«A mulher que admite a concepção condena-se a sofrer, nove meses depois, as terríveis dores do parto, das quais não pode livrar-se de nenhum modo, pois que se produzem com a inexorável segurança das leis biológicas.» E mais diante acrescenta, como complemento indispensável: —«Pelo contrário, o homem não sofre coisa alguma que se lhe assemelhe. Em nenhuma outra ocasião se observa tão fortemente a desigualdade dos sexos e a tragédia biológica da mulher, na cruel necessidade que ela tem de pagar com dores horríveis os seus breves instantes de prazer.»

Se, desgrazadamente, os homens de ciência, se confessam impotentes para evitar ou pelo menos minorar as dores do parto, deixando a mulher agulhada à fatalidade, que ao menos os homens de coração rodeiem as mães do respeito e do carinho a que sua sacratíssima missão lhes dá direito.

NEGÓCIOS ESCUROS

por Jaime Brasil

As pessoas de mais de quarenta anos, que sabem lêr escrever e contar, devem recordar-se duma campanha de descrédito contra Portugal levada a cabo pelos chamados «chocolateiros ingleses». Conduzia essa campanha, salvo erro, um tal sr. Cadbury, filantropo e fabricante de «bcm-bonis», que, sob color de humanitarismo, procurava manter os altos preços das guloseimas do seu fabrico, dizendo que os concorrentes empregavam o «cacaú escravo» e por isso vendiam os chocolates a vil preço.

Esse «cacaú escravo» era o da colónia portuguesa de S. Tomé, que recrutava, em Angola, aquilo que em calão colonial se chama «mão de obra», ou seja o trabalhador negro, compelido a trabalhar em circunstâncias comparadas por aqueles chocolateiros à escravatura. Levantou-se grande celeuma, e os jornais do tempo, por patriótica sugestão dos roceiros visados, negaram com veemência que os negros empregados nas roças de S. Tomé fossem tratados como escravos.

Fez-se, depois, um prudente silêncio, evidentemente que espontâneo e desinteressado. Do barulho feito à volta da forma de recrutamento e tratamento dos indígenas de Angola, que iam trabalhar para S. Tomé, alguns benefícios resultaram. Melhoraram as condições de habitabilidade dos negros das roças, foram criadas enfermarias para os que adoeciam, creches para os filhos das negras, etc.

No entanto, o laibeu de negreiros nunca deixou de pairar sobre os colonizadores portugueses. Quando os ataques nesse sentido eram mais vivos, faziam-se desmentidos oficiais ou reduziam-se ao silêncio os atacantes, que muitas vezes outra coisa não pretendiam que não fosse taparem-lhes as bocas com punhados de libras.

Depois da campanha dos chocolateiros, o mais violento ataque partiu dum americano, um tal sr. Ross, que, servindo-se de informações prestadas pelos missionários do seu país, em visitas que fez a Angola e Moçambique, elaborou um relatório destinado à Sociedade das Nações, acusando os portugueses de exigirem aos negros prestações de serviços em condições tais de remuneração que as assemelhavam a trabalhos forçados.

No seio do areópago de Genebra, então ainda cheio de prestígio, surgiram os protestos dos delegados portugueses. Um deles, o falecido general Freire de Andrade,—que, sobre uma autoridade em assuntos coloniais, era administrador duma casa proprietária de grande roças em S. Tomé e, portanto, muito bem sabia o tratamento que lá se dava aos negros—produziu a legislação que protegia o trabalho indígena nas colónias portuguesas, tida e havida pela mais humanitária do mundo.

Como se isso não bastasse, foi enviado a Angola e depois a Moçambique o sr. dr. Oliveira Santos com a missão de inquirir, junto das missões, quais as andanças do tal sr. Ross. Apresentou, depois a sua réplica ao Relatório de Ross, na qual se esforçou por demonstrar que alfabrão era o americano. Fez-se, de novo, um grande silêncio depois disso. Se nem todos ficaram convencidos de que Ross mentira, todos resolveram, pelo menos, calar-se.

Voltados anos, aparece no conspícuo «Diário de Notícias», de 13 de Abril, 8.ª página, 6.ª coluna, este estranho anúncio: «S. TOMÉ»—Casa comercial de Angola, bem relacionada em toda a colónia pode encarregar-se do fornecimento de serviços para as roças de S. Tomé, fora da Sociedade de Emigração. Para início negociações, necessário indicar a quantidade desejada e preço de cada um, por carta, etc.»

Tudo indica que este anúncio deve ter sido mandado publicar pelos chocolateiros ou pelo sr. Ross. Até a linguagem dele é mascarada e cheia a estranha. Mais de uma vez, aquele conspícuo órgão da opinião tem sido vítima de anúncios capciosamente introduzidos nas suas colunas, alguns até desprimorosos para pessoas muito lá da casa. Por certo que, movamente, foi ludibriada a sua proverbial boa-fé. Aquele ou aqueles que abusaram, agora, dela, já não visavam, apenas pessoas, mas Portugal inteiro.